

Império, mito e distopia: apontamentos acerca de literatura e identidade nacional em terras lusitanas

Empire, myth and dystopia: Notes on literature and national identity in portuguese lands

Thamires Sousa Vasconcelos*
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil

Vanessa Riambau Pinheiro**
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil

Resumo: O propósito deste estudo é estabelecer relações entre a literatura e a identidade nacional portuguesa, compreendendo aquela como reflexo de episódios situacionais históricos específicos, tais como as cruzadas, as navegações e o sebastianismo. Sabemos que o conceito de identidade é um *constructo* social pautado em identificações em curso, sendo produto de transitoriedades. Ao atuar sobre as configurações hermenêuticas, traduzem nas identidades novas significações a partir da passagem do tempo. Dessa forma, buscamos estabelecer relações diacrônicas entre a literatura e a identidade lusitana, pontuando autores e obras que retratem momentos diferentes da historiografia portuguesa. Utilizaremos como aporte teórico Hall (2014), Santos (1994), Bernd (2011) e Lourenço (1982), entre outros.

Palavras-chave: Literatura portuguesa. Identidade nacional. História.

Abstract: The aim of this study is to establish parallels between the Portuguese literature and its national identity, understanding the former as a reflex of specific historic situational episodes, such as the crusades, the navigations, and Sebastianism. We know that the concept of identity is a social construct based on ongoing identifications, and it is a product of ephemerality. When acting on hermeneutic configurations, they translate new meanings into identities as the time passes. This way, we intend to establish diachronic parallels between the Portuguese literature and its identity, indicating authors and oeuvres that portrait different moments of the Portuguese historiography. We have used, as theoretical basis, Hall (2014), Santos (1994), Bernd (2011), and Lourenço (2007), among others.

Keywords: Portuguese literature. National identity. History.

INTRODUÇÃO

O presente estudo dedica-se a estabelecer um panorama sócio-histórico acerca da construção da identidade portuguesa através das representações literárias. Compreendida como celebração móvel (HALL, 2014) em constante processo de transformação, a constituição da identidade nacional encontra-se atrelada a criação de mitos e símbolos culturais que, através do sentimento de pertença, constitui a identificação entre os sujeitos inseridos no mesmo contexto histórico, político, cultural e memorialístico fazendo com que os mesmos se compreendam organicamente como membros de um corpo social.

Nesta ótica, nossa discussão, objetiva construir um percurso histórico, elencando os principais marcos históricos e literários que contribuíram para a (des/re) construção da identidade nacional portuguesa. Para tanto, adentraremos nas discussões teóricas referentes à identidade e identidade nacional lusitana, como Gil (2009), Lourenço (1982)

e (2001), Hall (2014), Bauman (2005) e outros. Ademais, destacaremos a importância da produção literária para o fortalecimento dos ideais identitários, o que a torna um instrumento do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), na formação de ideologias e na sacralização no imaginário social (BERND, 2011).

No tocante à compreensão de mito, nos filiamos ao pensamento de Claude Lévi-Strauss em comunhão com Roland Barthes. Neste sentido, a perspectiva adotada compreende os mitos fundadores da identidade cultural portuguesa como fenômenos linguísticos marcadamente ideológicos que utilizados como instrumento de legitimação histórica, contribuíram para a solidificação do que Eduardo Lourenço (1982) compreende como hiperidentidade.

IDENTIDADE: APONTAMENTOS TEÓRICOS E ENTRELACES LITERÁRIOS

Os estudos acerca da formação da identidade nacional requerem a quem a ele se dedica, um exercício analítico retrospecto. Neste percurso, a análise associada dos processos históricos, políticos e culturais que atuaram na consolidação dos símbolos e mitos nacionais, tornam-se o único itinerário possível posto que permite, através de uma perspectiva sincrônica, a compreensão sistematizada dos processos formativos identitários. Apesar do seu caráter essencialmente conflitivo, tecido entre um contínuo jogo de poder e representações, a identidade, enquanto conceito, apresenta-se inserida em um constante movimento de mutabilidade.

Em meio a estes movimentos plurais de sobreposição, em que elementos representacionais e de construções de sentido se entrecruzam, a identidade é compreendida como um elemento inacabado, em constante câmbio (HALL, 2014), que apresenta “resultados transitórios de processos de identificação” (Santos, 1994, p. 35). É no caráter temporal que o signo da transitoriedade é conferido a identidade, convergindo para a constituição da natureza pluridimensional inerente a ela, o que nos permite compará-la simbolicamente a um mosaico de representações. Neste complexo contexto constitutivo, Melo (2003) destaca que a identidade se apresenta como uma “tarefa contínua em permanente risco de malogro, sempre provisória e inacabada” (MELO 2003, p.110), na qual o sujeito se reconhece em “certa permanência ou continuidade no tempo e no espaço, no interior da variabilidade contínua das estruturas dos sistemas sociais” (MELO, 2003, p. 106). Este agrupamento formado entre cortes e recortes justapostos traduzem-na como um constructo social inacabado, pautado em “identificações em curso” (SANTOS, 1994, p. 31), haja vista que as identidades culturais, camuflam “negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas” (SANTOS, 1994, p. 31). Tais processos apresentam como resultado, conforme destaca Boaventura de Sousa Santos (1994) um produto de transitoriedades que ao atuar sobre os sistemas de representação social traduzem nas identidades novas configurações hermenêuticas, ocasionando de tempos em tempos, novas (re)significações sobre este elemento socialmente construído. Neste aspecto, podemos observar o ruir da solidez de

conceitos identitários anteriormente concebidos como elementos constituintes do sujeito, inerentes e imutáveis, como a identidade de gênero, nacional e cultural. Desta feita, as novas leituras acerca da identidade e seus elementos constitutivos nos permitem compreendê-la como o componente social dinâmico que é, ou seja, em constante reformulação.

Os primeiros sinais de redirecionamento quanto ao conceito de identidade encontram-se registrados durante o período da modernidade. Conforme destaca Stuart Hall (2014), o confronto com a concepção iluminista do sujeito uno, foi paulatinamente minada por pensadores como René Descartes, John Locke, Karl Marx, Sigmund Freud, Jaques Lacan e Ferdinand de Saussure, bem como movimentos sociais como o Feminismo. Desta feita, ao apresentar o caráter fragmentário do sujeito, a modernidade depara-se com a incompletude dos indivíduos e com as repercussões desta descoberta que atuam diretamente sobre as concepções internas, bem como coletivas, “abalando quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2014, p. 9), dentre estas destacamos as noções de identidade cultural e identidade nacional. Neste contexto de rupturas, Hall (2014) em diálogo com Laclau (apud Hall, 2014), destaca que o deslocamento tem em si características positivas, pois permite novas articulações, e, assim, novas identidades, novos sujeitos bem como das disposições estruturantes (LACLAU apud HALL, 2014). Estas reconfigurações produzidas e propiciadas comportam-se como instrumentos de ressignificações e reordenações sociais, entretanto, conforme destaca Bauman, em sua obra *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi* (2005), a identidade apesar de possuir intensa fluidez que a permite um movimento dinâmico de (re)construção esta possui como requisito de existência o pertencimento, o qual atua como complemento indispensável para tais cursos e que igualmente depende do firmar da identidade para a sua concretização. A mencionada retroalimentação é também destacada pela socióloga brasileira Lília Moritz Schwarcz (2003), a qual compreende que o sentido de identidade não pode transitar no aleatório, apartado do sujeito, mas sim é responsável por integrá-lo a um universo cultural reconhecível e, por ele, compartilhado. Assim, os símbolos que estruturam os discursos identitários dependem de sua inteligibilidade e alcance representacional, para poder cumprir a sua função de gerar identificação entre os sujeitos sociais (Schwarcz, 2003, p. 384). Desta forma, o requisito complementariedade entre identidade e pertencimento nos impede de compreendê-la como uma construção resultante do exercício inventivo deliberado sociedade.

Neste aspecto, pensar a identidade como um produto coletivo permeado de identificações e representações comuns, nos impulsiona a refletir acerca do lugar do outro nesta construção de sentidos. A presente perspectiva é partilhada pela pesquisadora Zilá Bernd, em *Literatura e identidade nacional* (2011), a qual compreende que o conceito de identidade “não se afasta do de alteridade” (BERND, 2011, p. 17). Desta feita, analisando através do prisma coletivo, Medeiros (1996) aponta no cenário das representações nacionais, a dúbia relação estabelecida entre a não unicidade identitária e a importância da multiplicidade das identificações para o seu fortalecimento. Para o referido autor, “à medida que os vários sujeitos e agentes se compenetraram dessa mesma multiplicidade é que o conceito de identidade passa a afirmar-se com renovada importância”

(MEDEIROS, 1996, p.17). Ou seja, é dentro da pluralidade que a ideia de identidade ganha relevância, uma questão controversa, mas que possui em si significação. Neste viés, podemos afirmar que as inquietações acerca da identidade nascem do contato com o outro, este que é colocado como mediador entre o sujeito e a sua cultura apresenta-se como um indivíduo alheio aos demais que comungam das mesmas tradições e princípios socioculturais. É este não-reflexo a razão primeira que motiva, segundo o autor, a necessidade de, em meio a sujeitos e sociedades plurais, definir identificações que mesmo sendo renunciáveis, revogáveis, como um perfil identitário comum.

Assim, conforme destaca Bauman (2005) a identidade nacional, atua no seio social como um elemento aglutinador, gerando através de “familiaridades múltiplas” (BAUMAN, 2005, p. 25) um novo alicerce após os abalos provocados na soberania do Estado Moderno, favorecendo, desta forma, o estabelecimento de suas novas bases de legitimação e sustentação. Como defendido pelo referido pensador, a identidade nacional configura-se na exigência da adesão absoluta. É o firmar da delimitação entre o “nós” e “eles”. A concessão de uma chancela social a um pacto imaginado, que se estabelece de forma tácita e embebida por uma espécie de “sentimento oceânico”¹, conceituado por Freud (2011), capaz de transcender as questões individuais criando, por meio de simbolismos, um sentimento de unidade e integração entre os sujeitos.

Neste espaço simbólico em que as configurações identitárias transitam e se firmam – mesmo que temporariamente – na construção deste ímã social, podemos compreender a identidade como uma categoria sociodiscursiva que se expressa através de múltiplas linguagens, possuindo, destarte, íntimos laços com os sistemas de representações simbólicas, políticos e culturais de uma sociedade, os quais enquanto materializados em forma de discurso produzem significados e significações para a constituição desta unidade representacional, sendo portanto, nas palavras de Stuart Hall (2014)

[...] um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2014, p. 31).

Neste aspecto, segundo o mencionado autor, o entrelaçamento entre cultura, história e memória, comporta-se como fundamento na produção de sentido e na

¹Adesão e ressignificação ao pensamento trazido na obra “O mal-estar da civilização” de Sigmund Freud. Insta salientar que a utilização do mencionado conceito não dialoga com a ideia lacaniana do “eu inteiro”, haja vista que enquanto este promove uma identificação uma, um refletir absoluto, aquela dedica-se a integração dos sujeitos por questões pautadas em uma espécie de sentimento ilimitado. (FREUD, 2011). O conceito de sentimento oceânico apresenta-se na troca de correspondências entre o autor e seu amigo Roma In Rolland, onde ambos comentavam sobre religião e o despertar de “um sentimento peculiar, que ele mesmo jamais deixou de ter presente em si, que vê confirmado por muitos outros e que pode imaginar atuante em milhões de pessoas. Trata-se de um sentimento que ele gostaria de designar como uma sensação de ‘eternidade’, um sentimento de algo ilimitado, sem fronteiras - ‘oceânico’, por assim dizer” (FREUD, 2011, p.7)

constituição da identidade nacional. Através da unificação desta imagem nacional, a ideia de pertencimento a uma determinada identidade cultural capaz de “representá-los como pertencendo a uma grande família nacional” (HALL, 2014, p. 35). Inserida no âmbito da discursividade, as questões identitárias expressam-se através de representações simbólicas dentro de um processo de produção de significados, os quais, expressos por meios de ações ou performances, apresenta uma espécie de metadiscorso sobre experiências históricas (DIEHL, 2002, p.128). Em consoante pensamento, Hall (2014) aponta que a nação é apresentada através da narração como uma comunidade imaginada que contém cinco elementos principais, sendo estes: i. a representação literária da narrativa nacional (HALL, 2014, p. 31); ii. a ênfase nas origens e na continuidade de uma tradição (HALL, 2014, p. 32); iii. As tradições inventadas (HALL, 2014, p. 32); iv. O mito fundacional (HALL, 2014, p. 33) e v. a ideia de um povo originário puro (HALL, 2014, p. 33). Neste sentido, o rol elencado pelo mencionado pensador nos permite compreender a identidade enquanto uma composição sociodiscursiva pautada na cristalização de fatos e feitos históricos ou inventados com o fito de construir imagetivamente através de um denso arcabouço representacional constituído pela literatura, história e tradição – no caso, memória –, capaz de conceder a nação idealizada uma coalizão com os sujeitos que a compõe. Destarte, compreender a identidade como uma construção social responsável pelo firmar deste pacto entre memória e nação, identidade e pertencimento, nos permite uma leitura com base na sua principal característica: ser uma “estrutura de poder” (HALL, 2014, p. 35) centrada na cultura e no discurso.

Nascido da relação entre os sistemas simbólicos de representação e a enunciação, o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) apresenta-se como uma força estruturante capaz de traduzir representações e legitimidade a estas sem aparente dispêndio de força. No que se refere as identidades, este poder simbólico exerce sobre o grupo e “estabelece princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica de sua unidade” (BOURDIEU, 1989, 117). Nas palavras de Pierre Bourdieu, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica (BOURDIEU, 1989, p. 9). Ou seja, para o referido filósofo, enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, os símbolos tornam possível o consenso acerca do sentido de determinado contexto ou mundo social, o que garante a eficácia deste discurso performativo e constitutivo. Em semelhante compreensão, Paul Ricoeur (1985, apud BERND, 2011, p. 19), defende que a identidade nacional deve ser compreendida como um elemento discursivo responsável pelo aparelhamento da memória coletiva que define os sujeitos e os envolve enquanto agrupamento social, visto que nas palavras do autor a identidade

[...] não poderia ter outra conotação do que a narrativa, pois definir-se é, em última análise, narrar. Uma coletividade ou um indivíduo se definiria, por tanto, através de histórias que ela narra a si mesma sobre si mesma e, destas narrativas, poder-se-ia extrair a própria essência da definição implícita na qual esta coletividade se encontra (RICOEUR apud BERND, 2011, p. 19)

Assim, o discurso, elemento angular da identidade nacional ao fazer uso das narrações para construir as noções sobre o “nós” atribui a literatura papel central na

articulação entre as culturas nacionais e a produção dos múltiplos sentidos da nação. De acordo com Zilá Bernd (2011)², a narrativa apresenta-se como instrumento legitimador da identidade nacional, sendo impossível dissociar a relevância para a literatura neste processo de construção. A autora, afim de consolidar a sua compreensão de que a literatura desempenha funções sobre a identidade nacional, recorre ao crítico Edouard Glissant, o qual compreende que este entrelaçamento nos permite atribuir dois papéis a literatura, sendo esta responsável por “sacralizar ou dessacralizar” (BERND, 2011, P. 20) os mitos fundadores, e conseqüentemente, fortalecer ou enfraquecê-los. Conceitualmente, encontraríamos na sacralização o caráter de busca pela unificação social, a qual faz-se por meio da instrumentalização dos mitos, crenças, ideologias sobre o imaginário coletivo. Já o segundo, corresponde a um processo dedicado a desmontagem desta engrenagem ideológica, ao minar as estruturas anteriormente consolidadas como verdades. Neste pensar o papel da literatura para a consolidação da identidade nacional, nos conduz a um trajeto que requer a história como companheira de jornada, como observaremos no tópico a seguir.

A FORJATURA DA NAÇÃO LUSITANA

Em Portugal, pensar o lugar da literatura na construção mítica e imagológica é o primeiro passo para a compreensão do “irrealismo prodigioso que os portugueses fizeram de si mesmos” (LOURENÇO, 1982, p. 17). Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade* (1982) dedica-se a analisar, através da literatura, a invenção da nação portuguesas. Ancorada em mitos forjados, onde grandiosidade e honrarias eram apresentadas como constituição inerente aos sujeitos portugueses, a identidade nacional devido ao movimento de autofagia e enaltecimento empreitado desenvolveu uma espécie de “distúrbio de identidade” (PINHEIRO, 2011, p. 7) compreendido por Eduardo Lourenço como uma “hiperidentidade” (LOURENÇO, 1982), onde conceitos inautênticos repercutiram sobre a identidade nacional, gerando uma sonâmbula e trágica grandeza, a qual fez confundir as máscaras com os rosto verdadeiro (LOURENÇO, 1982, p.17). Esta confusão propiciada pela profusão de símbolos incongruentes com a realidade nacional impulsionou os portugueses a projetarem como ideia de nação um irrealismo, tendo como conseqüências sucessivas fraturas identitárias, as quais ocasionaram contextos de crises representacionais e exigiram deste povo um confrontar com a sua história. O exercício de lapidação histórica e simbólica, empreendia em Portugal deu-se apenas após a Revolução dos Cravos (1974) e o conseqüente fim do Império Ultramarino e tendo como produto o que Pinheiro (2011) conceituou como geração da apatia. Este danoso resultado sobre sujeitos atuou primeiro nos quadros de representação social retirando dos indivíduos as certezas ontogênicas e fitogênicas.

²As contribuições realizadas por Bernd (2011) no tocante a literatura e identidade nacional possuem relevância para os estudos identitários portugueses, mesmo sendo ela aplicada a literatura brasileira, devido a política de espelhamento empreendida na constituição da literatura nacional, a qual adotou, em primeiro momento, a literatura portuguesa como referência. Nos permitindo, destarte, estabelecer um diálogo teórico, mesmo referindo-se a sistemas literários aparentemente distintos.

Nesta esteira, adentra a temática da identidade nacional lusitana em diálogo com os processos históricos formativos, Eunice Cabral, em *Outras fronteiras da língua portuguesa* (2010), defende que identidade nacional portuguesa, seus símbolos e mitos, divide-se em três etapas de representação. De acordo com sua concepção, o primeiro momento, consiste “exaltação e na propagação da identidade nacional assente na noção de Pátria portuguesa” (CABRAL, 2010, p. 133). Período marcadamente hegemônico em que a “língua e a nacionalidade portuguesas são entidades que outorgam identidade a pessoas individuais e colectivas que se encontram na sua posse” (CABRAL, 2010, p. 134). Historicamente, este corresponderia a meados do século XIX até o século XX, período do Romantismo, sendo retratada de forma singular na literatura de Almeida Garret (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877). A segunda fase, por sua vez, apresentaria um “desvanecimento da questão da identidade nacional em obras que problematizam outras temáticas, tais como relações interpessoais, relações sociais” (CABRAL, 2010, p. 134) a qual dentro do marco historicista corresponderia ao período pós Segunda Guerra Mundial e na literatura compreende-se como Neorrealismo. Neste momento, segundo a autora, a questão da identidade nacional recorria a símbolos anacrônicos, como a integridade do Império e as colônias ultramarinas, para firmar-se. Entre os autores, Eunice Cabral destaca os nomes como Vergílio Ferreira (1916-1996) e Carlos de Oliveira (1921 – 1981). A terceira etapa, nesta perspectiva, consistiria “no reconhecimento das ruínas da identidade nacional decorrente da guerra colonial, da descolonização e da subsequente fragmentação da identidade nacional portuguesa, posteriormente interpelada também [pela] integração na União Europeia” (CABRAL, 2010, p. 135). Neste período, concebido como pós-Revolução dos Cravos, a autora elege como símbolo representacional da crise identitária sofrida a obra *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes, lançado no ano de 1979. Nossa compreensão não se alinha com o defendido pela teórica, por defendermos que o messianismo é o primeiro elemento constituinte da identidade lusitana, conforme defendido por Magalhães (2009). Ademais o nosso recorte apresenta-se em maior extensão e alcança o século XIV, o qual teve como expoente disseminador da identidade e desta cultura messiânica Gonçalo Anes Bandarra (1500-1558) e Luís Vaz de Camões (1525 - 1579 ou 1580).

O início das navegações portuguesas, entre os séculos XV e XVI, grava na história lusitana um período marcado pela centralização política e a expansão ultramarina. Na citação que abre o presente capítulo, extraída do Canto I, d’*Os Lusíadas* (1569) de Camões, nos permite observar as pretensões do poeta que acredita ser capaz de calar a tradição grega ao revelar os grandes feitos dos portugueses. É através da interferência divina que Camões relata a preleção e sua proteção para com os portugueses, tornando-o nas palavras de Pimentel (2008) a maior representação da “arquitetura mitogênica”, pois nas palavras do pesquisador

Camões (1525- -1579 ou 1580) – que é certamente, com os *Lusíadas* (1572), o maior construtor da arquitetura mitogênica e poética da nossa nacionalidade –, só veio efetivamente a alcançar a compleição messiânica e profética, que principalmente a define, depois de desaparecido D. Sebastião (PIMENTEL, 2008, p. 13)

O poema renascentista de Luís Vaz de Camões apropria-se da epopeia, gênero narrativo dedicado a celebrar feitos grandiosos de heróis reais ou lendários, para narrar as navegações realizadas pelo seu protagonista: Vasco da Gama; que representa a coletividade lusitana em suas conquistas e inflama o sentimento patriótico. Eduardo Lourenço (1982), compreende a obra *Os Lusíadas* como uma ficção que adotada como verdade para convencer terceiros da grandiosidade da nação lusitana, a qual “precisa ser clamada à face do mundo ao menos para que a oiçam do que para acreditar em si mesma” (1982, p. 22). Lourenço (1982) destaca ainda o encarceramento provocado pela obra camoniana na memória e identidade nacional, resultou em eterno projetar-se para trás.

Tornou-se então claro que a consciência nacional (nos que a podiam ter) que a nossa razão de ser, a raiz de toda esperança, era o termos sido. E dessa ex-vida *Os Lusíadas* são a prova de fogo. O viver nacional que fora quase sempre um viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia da força do presente, orienta-se nessa época par um futuro de antemão utópico pela mediação primordial, obsessiva, do passado. Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começamos a sonhar simultaneamente com o futuro e passado (LOURENÇO, 1982, p. 22)

De acordo Freyre (2004) é passível de descredito as a grandeza portuguesa que transborda em artificialidades e dedica-se a viver “parasitariamente de um passado cujo esplendor exagera” (FREYRE, 2004, p. 267). Pinheiro (2011), em diálogo com o pensamento de Freyre (2004) defende que o nome de Camões e sua produção poética foram utilizados para forjar a história e a glória nacional portuguesa, a qual mesmo durante o período de descobrimentos, não foi imune a hipérboles. Para Eduardo Lourenço (1982) este irrealismo cumpre uma única função: “esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade” (LOURENÇO, 1982, p. 27).

Boaventura de Sousa Santos (1994b), por seu turno, aduz que “o excesso mítico de interpretação” do fenômeno da identidade nacional apresenta-se como um “mecanismo de compensação do déficit de realidade” (SANTOS, 1994b, p. 49), o qual resulta da discrepância entre os produtores dessa interpretação de um efetivo contato com a realidade social. Apesar da incongruência entre fato e fazer poético, é no esplendor das grandes navegações, conquistas e desbravamentos que a identidade nacional portuguesa agrega os símbolos e representações e agrega a sua significação, estabelecendo-se no que Hall (2011) compreende como elementos de composição das culturas nacionais. Nas palavras de Lourenço (1982) este comportamento resulta da recusa de Portugal aceitar-se como é: uma pequena nação, uma ficção forjada para que os Outros o vissem como grande (LOURENÇO, 1982, p.17).

Incapaz de caber em sua memória, os limites geográficos do Estado português não coincidem com a dimensão da representação cultural que este produziu como estandarte de sua pseudograndeza, tão bem representadas na senda literária lusitana. Dentre as razões que levaram a autocontemplação, a ausência fronteira com as demais nações corroborou com o fechamento em si mesmo experienciada pela nação portuguesa que, possuindo apenas a Espanha e o Atlântico como vizinhos, preferiu voltar seus olhos para o mar que se tornou elemento singular para a cultura portuguesa, tornando-se espelho de um

passado glorioso. Porta principal para um futuro imaginado de igual honrarias, as quais após as navegações não mais se realizaram.

O fenômeno das navegações adentrou na consciência nacional cravando na alma portuguesa um dos sentidos da identidade lusitana: a de conquistadores. Todavia, de acordo com Pimentel (2008) a formação mítica que contempla a constituição nação portuguesa e que a ela atribui o mesmo caráter não se restringe as navegações, tampouco a Camões, sendo delimitado, conforme o referido pensador sem seis momentos históricos distintos seis os principais marcos cronológicos da consolidação do mito de Portugal: 1139- 1140 (batalha de Ourique e fundação da nacionalidade), 1415-1697 (tomada de Ceuta, que inicia a Expansão, à Restauração e à morte do Padre António Vieira), 1870 (Geração de 70 e ideia de decadência), 1910 (Primeira República), 1933-1974 (Estado Novo) e 1974 (25 de Abril).

Dentre as ponderações formuladas pelo autor supracitado, nos filiamos ao pensamento de Miguel Real (1998) que de forma mais concisa detém-se a apenas três momentos históricos como decisivos para a construção do mito de Portugal e conseqüentemente para a identidade nacional lusitana. O autor defende que as cruzadas, os descobrimentos e a separação entre Portugal e Espanha, propiciaram diretamente a construção da identidade nacional.

Neste diapasão, Mattoso (1998) defende que a primeira situação histórica que marca o primeiro reflexo identitário sobre o solo lusitano, consiste nas Cruzadas, pois

A condição de portugueses aparece como uma categoria dentro do conceito mais vasto de «cristãos», por oposição aos «inimigos da fé». Não há que negar a importância deste facto no processo de formação da identidade nacional. Trata-se de um factor insistentemente posto em relevo pelos ideólogos do período nacionalista, para os quais Portugal teria nascido dos movimentos a que chamavam de «cruzada». (MATTOSO, 1998, p. 12)

O entrelaçamento entre fé e categorização nacional trouxe consigo conseqüências para o imaginário português, que se autorreconhecendo mensageiro da cristandade agregou a sua identidade o caráter messiânico que posteriormente seria retomada no período das Grandes Navegações com a formação das primeiras colônias de exploração em África e depois reiterado nos discursos de António Salazar. Revestidos por uma predestinação análoga à do povo escolhido de Israel (PIMENTEL, 2008, p.30), as cruzadas atuaram no imaginário nacional como para expandir o catolicismo pelos povos, um dever existencial atribuído por Deus que os distingue dos demais povos concedendo-lhes uma aproximação com o próprio Deus. O discurso messiânico que identificava o rei de Portugal como aquele que unificaria e lideraria a cristandade em direção a um reino cristão universal ganha força

Em irônica oposição, é de uma experiência bélica com aspirações místicas e cruzadistas que a primeira fissura na identidade nacional portuguesa fora cravada. Conhecida como a batalha de Alcácer-Quibir, o conflito armado que fez desaparecer o décimo sexto rei de Portugal, Dom Sebastião. Nas areias do Marrocos, seu corpo nunca fora encontrado, não deixando sucessores diretos para o trono, um imbróglia estava formado. O rei da Espanha, Dom Felipe põe fim a vacância do trono lusitano anexando-

o ao reino espanhol e inaugura a União Ibérica que marca uma nova fase histórica: a crise dinástica de 1580 que apenas findou em 1640. Ao apequenar Portugal transformando-o em uma simples província, Dom Felipe demonstra pela primeira vez que a grandeza lusitana tinha em si demasiadas fantasia, o que representou o primeiro traumatismo na identidade nacional e na autoestima pátria conforme aduz Lourenço (1982).

A construção simbólica da lenda sebastianista congrega em si íntimas referências ao cristianismo, igualando Dom Sebastião ao Cristo. Ambas vítimas expiatórias, dados em sacrifício para o fortalecimento da fé cristã. Em consonância Pimentel (2008) compreende que ocorre diretamente uma assimilação entre o reino de Deus e o de Dom Sebastião que “tal como Cristo sofreu, morreu e ressuscitou, D. Sebastião padeceu em Quibir, morreu pelo povo e por ele haverá de ressuscitar” (PIMENTEL, 2008, p. 52), posto que ambos inseridos na mesma missão de fé, “incumbidos é universal: unir os povos sob um só gládio, um mando, uma só lei e uma única crença, segundo, aliás, a Escritura, que afirma: «[...] e haverá um só rebanho e um só pastor.»” (PIMENTAL, 2008, p.52). Nestes termos, a promessa crística da ressurreição dos mortos fora alimentada no seio social e transfigurada para Dom Sebastião, a qual pode ser compreendida como uma nova configuração do messianismo lusitano, o que justificaria a dormência social experienciada por Portugal após o desaparecimento do rei

Nesta incessante espera pelo ressurgimento do rei, Portugal insere-se em um contexto em que a inatividade a expectativa é a única companheira. A nova roupagem do messianismo lusitano insere-se, no que Besselaar (1987) defende como forma de fomentar a inércia, enquanto espera a resolução dos problemas por meio de uma intervenção metafísica. O referido pensador atribui ao messianismo duas vertentes possíveis, ambas opostas, mas que podem ser compreendidas no contexto lusitano. Em contraposição ao esperar pela ação divina, a outra face do messianismo apresenta-se para o autor como atrelada ao conservadorismo e com ideais revolucionários, o que nos permite inseri-la no contexto lusitano na fase pré-decadência sebastianista.

Em referência aos na segunda fase do messianismo lusitano, Magalhães (2009) defende que para os portugueses a condição de povo eleito garantia sobre os demais povos um lugar privilegiado, que julgando ser detentores de uma missão universal, a sua ação civilizadora, encontraria justificativas ao ancorar-se na conversão de povos “a partir de um lugar alternativo para a realização das profecias, que não era Roma nem Jerusalém, mas Portugal” (MAGALHÃES, 2009, 212). Nesta relação estabelecida entre os portugueses e a sua imaginada vinculação com o divino, é que podemos extrair de forma substancial a transubstanciação do messianismo e a cessão do trono divino a Dom Sebastião.

Em meio aos personagens histórico-literários responsáveis pela consolidação desta imagem mítico-messiânica, destacamos a figura de Padre António Vieira que por meio de seus sermões apologeticos embebidos de caráter político enaltecia a glória lusitana. O jesuíta ancorava-se nos escritos bíblicos e os interpretava conforme a sua ótica, aplicando-os a Portugal, sempre com fins enaltecimento, como podemos observar no *Sermão a São Sebastião* (1634) em que através de uma relação pautada na antítese entre a aparência e a realidade, o encoberto e visível, o padre tece, em primeiro plano de significação, por meio de uma rede tipológica, um associação entre o romano Sebastião, santificado pela igreja

Católica, e situações bíblicas como a de José³, Jonas⁴, Isaac⁵ e Jesus⁶, em que todos foram concebidos como mortos, mas que na verdade encontravam-se apenas encobertos. Em uma associação contextual a experiência portuguesa, podemos extrair um outro plano de significação, em que há uma referência a Dom Sebastião, não apenas pela relação de similitude com o santo católico, mas também pela esperança alimentada no seio social de que este, na verdade estaria apenas encoberto, mas que regressaria.

Merece ainda destaque a contribuição do referido clérigo para a consolidação de um outro mito de caráter messiânico que adentrou no inconsciente coletivo lusitano; o Quinto Império⁷. A retórica dos sermões vieirenses alinhou-se, neste sentido, com a esperança de um sonho ancestral renovado e de um futuro legatário de justas honrarias aqueles que sendo eleitos por Deus seriam detentores, reavivando assim o sentimento messiânico e o fervor patriótico, com base nas profecias líricas do sapateiro Bandarra.

De forma *en passant*, com fins de demonstração das repercussões do sebastianismo literatura portuguesa, destacamos autores como Almeida Garret, em *Frei Luis de Sousa* (1844), Antônio Nobre, em sua obra póstuma *Despedidas* (1902) e Eça de Queiroz em *A cidade e as Serras* (1901). A repercussão sociocultural do sebastianismo e o seu entrelaçamento com que a construção identitária perpassa a literatura e ultrapassa as barreiras seculares. No século XX, encontramos na obra ortônima de Fernando Pessoa como motivação místico-poética-nacionalista que conforme vemos em *Mensagem* e em escritos políticos.

No sentido simbólico D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico – como, por um mistério espantoso e divino, a própria vida dele fôra simbólica – mas em que não é absurdo confiar (PESSOA, 1978, p. 202)

Leitor de Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa discorre ainda acerca do Quinto Império, por uma nova ótica: unindo-o ao Sebastianismo com fins de construir um

³Livro do Gênesis, capítulo 37;

⁴ Livro de Jonas capítulo 2;

⁵Livro de Mateus, capítulo 22;

⁶ Livro de Marcos, capítulo, 15.

⁷De acordo com o dicionário histórico de Ângela Vianna Botelho e Liana Maria Reis, define-se o Quinto Império como: Designação de um Império cuja origem lendária remonta aos movimentos do Sebastianismo, que surgiu em Portugal e seus domínios ultramarinos durante a União das Monarquias Ibéricas. Império idealizado a ser erguido no Brasil, no qual o cristianismo e o judaísmo (cristianismo primitivo) seriam consubstanciados em uma única fé, originando um período de mil anos de felicidade. Movimento de caráter milenar, encontrou no português Pedro de HatesHanequim um de seus intérpretes. Esse visionário e cabalista, habitante das Minas Gerais entre os anos de 1702 e 1722 pretendia estabelecer o Quinto Império nas terras da América Meridional, onde Deus teria dado início a Criação. Numa época em que D. João V transferira aos coloniais o ônus do pagamento aos franceses pelo resgate do Rio De Janeiro (1711) e as disputas pela demarcação das fronteiras americanas entre as coroas Ibéricas se acirravam, Hanequim, discordando de alguns dogmas da doutrina católica, sentindo-se preterido pela política de concessões de intitulou-se descobridor das minas da Serra, tentando negociar com os castelhanos a troca de um título mobiliário pela informação sobre “seus achados” nas minas. Não obtendo êxito, Pedro de Hates retornou a metrópole, onde tentou se aproximar do infante D. Manuel, a quem caberia segundo o visionário ocupar o trono de Quinto Império (BOTELHO, 2001).

nacionalismo com base em suas análises históricas, políticas e esotéricas. De acordo com Uribe e Sepúlveda (2002), Fernando Pessoa, na ânsia de atribuir a Dom Sebastião a posição de esteio da história portuguesa e de figura simbólica da história universal, concebe um “espectro de relações que se concentram no valor simbólico de figuras que habitam os cimentos da cultura europeia, inscrevendo o sebastianismo numa história universal com várias personagens” (URIBE e Sepúlveda, 2002, p. 174). Neste processo de mistificação, Pessoa propicia a “reelaboração histórica com fins literários, figuras e factos históricos” (URIBE; SEPÚLVEDA, 2002, p. 174).

O desejo do regresso do Rei Encoberto, Dom Sebastião, apresenta-se ainda em Pessoa como esperança de salvação sem que requeira esforço individual, nas palavras do poeta, em verso ou em prosa, este sentimento letárgico vigora que defende o regresso, a vida e a perpetuação metafísica do Rei que habita e compõe o ser-lusitano, conforme defende Uribe e Sepúlveda (2002). É neste sentimento de espera por um rei que nunca regressará que Portugal manteve-se encarcerado, tornando-se um contemplador de sua inércia, refém de sua inação. Fernando Pessoa, em *Sebastianismo, Portugal e o Quinto Império* (1986) credita a falência do império português a três fatores históricos, sendo estes a batalha de Alcácer-Quibir, que após o desaparecimento do rei deu início ao processo e decadência; a conseqüente dominação espanhola que em face da desnacionalização, apequenou a nação tornando-a uma mera colônia e, por fim, a implantação da República em 1910 que tornou-se responsável pela descentralização do poder nacional, sendo compreendidos pelo poeta como “a tripla camada de negativismo que assim encobre a Pátria” (PESSOA, 1986, p. 58).

A quarta camada, inserida apenas em 1932, mas que deu seus primeiros sinais com o Golpe Militar que derrubou a jovem República portuguesa, tornou-se talvez o caminho para o maior traumatismo histórico-identitário para a nação portuguesa: O Salazarismo. Com vestes messiânicas, o Estado Novo reanimou e reavivou o entusiasmo do espírito cruzadista e atribuiu a Antonio Oliveira Salazar (1889-1970) a aureola de homem providencial, o Dom Sebastião reencarnado. Esta associação deve-se ao paralelismo estabelecido *Os Lusíadas* que fazia remissão direta ao Encoberto e a obra *Mensagem* (1934) de Fernando Pessoa que profetizava um novo Império, a reestruturação do Quinto Império, o retorno do rei perdido e a salvação de Portugal, que coincidiu com a ascensão de Salazar ao poder e espelhou sobre ele o reflexo de redentor. O que constituiu uma das maiores ironias da história lusitana.

Nascido sob a égide do Golpe de Estado, o Estado Novo salazarista (1933- 1974) carrega em sua essência a semente do autoritarismo, a qual germinara contaminando toda a nação portuguesa. A ascensão meteórica da Salazar (1889 – 1970) ao poder e a longevidade do seu governo, pouco mais de quatro décadas, contou como aliada a Igreja Católica que atuando como instrumento de doutrinação sobre o espectro de sujeição e obscurecimento das massas, cujos sentimentos religiosos são explorados para manter uma ordem política assente na estagnação parasitária e na opressão. Em um jogo de concessões, onde o messianismo fazia-se presente, a imagem de Salazar fora fortemente construída com base na ideia da redenção como um Dom Sebastião retornado.

Após a assunção de Salazar ao poder, e a promulgação da nova Constituição que regeria a nação, uma nova concepção de Estado inseriu-se no seio social. As novas bases

que promoviam uma renovação, institucionalizavam o Estado Novo, sob a égide do nacionalismo corporativo, o intervencionismo econômico-social e o imperialismo colonial. Estes princípios são, em primeira instância, responsáveis pela ambígua situação política e econômica que Portugal se envolvera, onde apesar das finanças apresentarem-se equilibradas, o Estado português adentra em um contexto de atraso e violência, tendo como ápice a Guerra Colonial. Neste contexto em que a violência bélica simboliza o ápice da ausência de alteridade, em prol da manutenção de uma ordem social e de uma lógica de dominação, Portugal confronta-se com a sua mais recente crise de representação, a qual é agudizada com a Revolução dos Cravos e a reconfiguração das fronteiras territoriais. Nesta esteira sendo, conforme aduz José Gil (2009) a condição de existência do sujeito português ser português, posto que segundo o autor: “somos portugueses antes de sermos homens – eis a doença da hiperidentidade que nos corrói” (GIL, 2009, p. 10), nos é permitido compreender a gravidade deste movimento de ruptura na identidade nacional lusitana e, conseqüentemente, em seu sistema de representação, configurando-se não apenas como uma descontinuidade ou fratura no quadro sociocultural, mas sim, como estilhaçar da forma de atuação e existir do sujeito-português no mundo social.

CONCLUSÕES

Diante o exposto, podemos observar que o presente estudo, no âmbito das discussões identitárias lusitanas, dedicou-se a transcorrer inicialmente um caminho conceitual acerca da identidade com o objetivo de apresentar uma perspectiva formativa integral, partindo dos pressupostos básicos iniciais do referido conceito.

Após o mencionado momento adentramos a questão da identidade nacional e seus elementos constituintes, adotando como base a história a partir de um olhar crítico-sociológico. Nos foi possível observar, no recorte temporal, por meio da perspectiva adotada: o messianismo, que a identidade cultural lusitana assentou-se em projeções e construções hiperbólicas com o objetivo de construir uma imagem de grande nação. Destarte, fez-se uso de fatores como o excesso de conceituação identitária sempre atrelada a ideais messiânicos e a grandiosidades de um passado, entretanto o resultado não fora o esperado, ocasionando um eterno projetar-se para trás, para o que um dia pensou ser.

Neste aprisionamento decorrente da hiperidentidade (LOURENÇO, 1982), Portugal descobre-se enquanto nação historicamente forjada, após caminhar para a sua maior fratura histórica: o salazarismo. Apesar da crise identitária enfrentada após o ruir dos quadros de representação social com o fim da Guerra Colonial e a independência das colônias enfrentar o período de apatia pós-trauma identitário, Portugal encontra na literatura o espaço para questionar e revisitar os símbolos então fragmentados, construindo um novo caminho para este elemento sociodiscursivo que é a identidade.

Destarte, podemos observar o papel fundamental da literatura para a sociedade, posto que além de atuar como instrumento de sacralização, por meio da instrumentalização dos mitos, crenças, ideologias sobre o imaginário coletivo, também atua como instrumento de dessacralização ao questionar as estruturas sociais e promover inquietações capazes de minar tais composições anteriormente consolidadas como verdades absolutas. Ademais, destacamos ainda o papel ressignificador da literatura, o qual

é capaz de refazer as referências sociais e de reestruturar, ante o confronto com as experiências de crise, uma arquitetura mitogênica consciente de suas hipérboles, suas incipiências, suas projeções de uma nação idealizada e, principalmente, a função ficcional nela contida.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, L. *Os cus de judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BESSELAAR, J. *Sebastianismo: história sumária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- BÍBLIA, Português. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- BOUDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.
- BOTELHO, A. V.; REIS, L. M. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Editora O autor, 2001.
- CABRAL, E. *Outras fronteiras da literatura portuguesa*. Carnets, Littératures nationales: suite ou fin résistances, mutations & lignes de fuite, n° spécial printemps / été, pp. 131-140. ISSN 1646-7698. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt/> Acessado em 10 de fev. 2020.
- CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. São Paulo: Clássicos Abril Coleções, vol. 19, 2010.
- DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: Editora EDUSC, 2002.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Tradução: Paulo César de Souza. 1ª ed., São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- GARRET, A. *Frei Luís de Sousa*. Porto Editora Biblioteca Digital, Col. Clássicos da Literatura Portuguesa. Disponível em: < <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/literatura-1/1051-1051/file.html>>.
Acesso em: 10 de maio de 2020.
- GIL, J. *Em busca da identidade – o desnorte*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- LOURENÇO, E. *O labirinto da saudade*. Lisboa; Dom quixote, 1982.
- MAGALHÃES, L. A tradição messiânica portuguesa e o Quinto Império. *Tuinti: Ciência e Cultura*, n. 41, p. 209-220, Curitiba, jan. - jun. 2009
- MATTOSO, J. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- MEDEIROS, P. Introdução: Em nome de Portugal. *Revista Discursos: Estudo de Língua e Cultura Portuguesa*, v. 2, n.13, p. 13-29, 1996.

- MELO, A. *A Construção Européia e a Defesa das Identidades Nacionais: Uma perspectiva normativa*. RIBEIRO, M. T.; MELO, A.M. B; PORTO, M. C. L. (Org.). Coimbra: Almedina, 2003.
- PESSOA, F. *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*. Lisboa: Ática, 1978.
- PESSOA, F. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Ática, 1986.
- PESSOA, F. *O banqueiro anarquista e outras prosas*. São Paulo, Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª Edição, 1988.
- PESSOA, F. *Mensagem*. São Paulo, Editora Abril S. A., 2010.
- PIMENTEL, M. *O Mito de Portugal nas suas raízes culturais*, 2008. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/3_PI_Cap1.pdf/a7cc8b00-a32a-41a7-b70b-6d28614cbcc5>
- PINHEIRO, V.R. *Aparando as arestas: um retrato das gerações pré e pós-74 em Portugal e Angola*. Tese: Doutorado. Rio Grande do Sul, UFRGS. 2011, 212 fls.
- REAL, M. *Portugal: ser e representação*. São Paulo, Editora Difel, 1998.
- SANTOS, B. S. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1994.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto. Edições Afrontamento, 4ª edição, 1994b.
- SANTOS, B. S. Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, v. 3, nº 34, novembro, pags.136-155, 1992.
- SCHWARCZ, L. M. Estado sem Nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, A (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p.349-396
- URIBE; J. e SEPÚLVEDA; P. Sebastianismo e Quinto Império: o nacionalismo pessoano à luz de um novo corpus. *Revista Pessoa Plural*: Brown University, nº 1, 2002.
- VIEIRA, António. *Sermão a São Sebastião*. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/0043-01952.html>>
- Acesso em: 10 de maio de 2020.

Recebido em: 05/05/2020

Aprovado em: 15/10/2020

Publicado em: 31/12/2020